

Sentidos sobre cidadania nas atas dos ENPECs dos últimos 20 anos (1997-2019)

Senses about citizenship in ENPECs publications in the last 20 years (1997-2019)

Michel Soares Caurio

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT) da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Professor de Ciências na Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF. Bolsista do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – UNIEDU.

mcaurio@gmail.com

Simone dos Santos Ribeiro

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT) da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Professora de Ciências na Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF.

zenlua@gmail.com

Yonier Alexander Orozco Marín

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT) da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Bolsista da CAPES.

apmusicomano@gmail.com

Rodrigo Diego de Souza

Professor da Faculdade de Educação (FE/UnB) da Universidade de Brasília – UnB, no Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional (PPGEMP/UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (PPGEduC/UnB).

professor.rodrigossouza@gmail.com

Suzani Cassiani

Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT) da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

suzanicassiani@gmail.com

Resumo

Problematizando os discursos sobre cidadania na pesquisa em Educação em Ciências, o presente trabalho resulta de uma pesquisa com foco em trabalhos publicados nas atas do "Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências" (ENPEC), com o objetivo de compreender a circulação desses sentidos. O foco desta pesquisa se inscreve no escopo do

projeto latino-americano: “Educação em Biologia e Construção de Cidadanias”, envolvendo quatro países: Brasil, Chile, Colômbia e México. Pela análise de discurso franco-brasileira, destacamos algumas noções construídas a partir dos textos, além da percepção de silêncios. Os resultados orientam para a construção de uma ferramenta de análise e a necessidade de aprofundamentos sobre os efeitos de sentidos de cidadania produzidos nesse importante evento que acolhe pesquisas da Educação em Ciências.

Palavras chave: educação para a cidadania, educação em ciências, análise de discurso.

Abstract

Questioning discourses on citizenship in science education research, this work results from a research focused on papers published in the "Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências" (ENPEC), with the objective of understanding the circulation of these meanings. The focus of this research is part of the Latin American project: "Education in Biology and Citizenship Building", involving four countries: Brazil, Chile, Colombia and Mexico. Through the analysis of Franco-Brazilian discourse, we highlight some ideas constructed from the texts, in addition to the perception of silences. The results indicate the construction of an analytical tool and the need to deepen on the effects of meanings of citizenship produced by this important event that discusses Science Education researches.

Key words: citizenship education, science education, discourse analysis.

Introdução

Este artigo emerge de uma pesquisa em desenvolvimento, constituída por pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação de várias universidades, grupos de pesquisa e professores da Educação Básica, que construíram o projeto intitulado: “Educação em Biologia e Construção de Cidadanias”, envolvendo quatro países: Brasil, Chile, Colômbia e México.

Compõem as especificidades do projeto no contexto brasileiro: (1) a presença significativa nas pesquisas da área da concepção da “Educação em Ciências para a formação cidadã” e/ou “para formar o cidadão”; (2) as várias interpretações sobre o conceito de cidadania e o deslocamento de sentidos, inclusive trazidos de outros contextos com a forte influência do pensamento eurocêntrico; e (3) o grande interesse dos pesquisadoras/es da área em discutir esses temas, após a introdução de perspectivas sobre “formação para a cidadania” nas Políticas Públicas Educacionais e nos documentos oficiais.

Considerando as questões e especificidades apresentadas, é emergente compreendermos os sentidos no imaginário da comunidade e na agenda de pesquisas da área de Educação em Ciências (EC) sobre a temática. Para isso, objetivamos com o presente texto, analisar os sentidos de cidadania que têm sido constituídos na área de pesquisa em EC, por meio das atas do “Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências” (ENPEC), desde 1997 a 2019.

Especificamente, neste trabalho, as autoras/es, buscaram inicialmente, aportes teóricos no pensamento educacional de Paulo Freire e nos estudos decoloniais, para pensar a hierarquização dos conhecimentos advindos de heranças coloniais eurocentradas (GROSFOGUEL, 2016; GOMES, 2011; MAMA, 2010; FREIRE, 1996), bem como algumas

noções teórico-metodológicas da Análise de Discurso Franco-Brasileira (ORLANDI, 2015).

Nesse sentido, compreendemos a categoria cidadania como uma construção histórico-social e não apenas jurídica e, por isso, as concepções de cidadania e de cidadão acompanham os contextos sociais e políticos nos quais nascem. Assim, o conceito amplamente utilizado de cidadania e cidadão, sejam nos discursos midiáticos, no aparelho jurídico/político, e nas políticas educacionais, consiste num conceito liberal burguês fundado nos pilares da Revolução Francesa, com seus fundamentos nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, uma revolução burguesa por valores universais que se expressaram na liberdade individual, fortalecendo as estruturas sociais de poder e de privilégio de uma classe, a qual também pautou a construção da democracia republicana burguesa (GEISLER, 2006; COSTA & IANNI; 2018).

Essa concepção liberal de cidadania, atualmente com sua atualização e radicalização neoliberal, amplia-se e se revela na América Latina, por meio dos processos colonizadores e como afirma Geisler:

A ambiguidade característica da noção liberal de cidadania revela-se com extrema nitidez no Brasil, como parte da semiperiferia do sistema capitalista global. Erguida por meio de um longo processo de colonização e mantida sob a égide de uma modernização conservadora, nossa constituição histórica excludente vai-se perpetuando às custas de uma democracia restrita, e através das alianças de interesses que a classe burguesa vem implementando nos denominados períodos de transformismo. (GEISLER, 2006, p. 356).

Em concordância, a socióloga nigeriana Oyèronké Oyěwùmí (2017) também sinaliza para a cidadania como um conceito ocidental e que pretende universalizar a superioridade masculina e branca, ao apontar ela é uma categoria imbricada em questões que representam dualidades variantes da relação hierárquica masculino/feminino, as quais estão assim constituídas em relação ao poder.

Frente ao exposto, enfatizamos que a construção teórica e conceitual das concepções de cidadania encontra-se numa arena de disputas que estão na prática social, nas relações históricas, políticas, culturais que balizam a produção da vida e da existência humana e que também estão no âmbito teórico da produção de conhecimentos. Dessa forma, a cidadania se constrói nas lutas sociais dos que estão marginalizados e colocados à margem da cidadania burguesa, (neo)liberal, ocidental.

Sendo assim, apresentamos na próxima seção deste artigo, os pressupostos teóricos e metodológicos que subsidiaram a pesquisa nas atas do ENPEC.

Pressupostos teórico metodológicos

O ENPEC é um dos eventos mais importantes da América Latina, na área da EC, não somente pelo grande número de participantes, inclusive estrangeiros, mas, também, porque tem a finalidade de discutir trabalhos de pesquisas recentes, socializando assim temáticas de interesse da área que estão em plena produção e discussão no momento em questão.

Esse evento iniciou em 1997 com a criação da Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências e tem como objetivos reunir e favorecer a interação entre professores pesquisadores, da Educação Básica e Superior, estudantes de pós-graduação, estudantes de licenciatura, formadores de professores e pesquisadores das áreas de Educação em Ciências

Biológicas, Física, Química e áreas correlatas, enfocadas isoladamente ou de maneira interdisciplinar. Sendo assim, consideramos que compreender o discurso de cidadania nesse espaço acadêmico é relevante, importante e desafiador, pois pode nos apresentar as pesquisas que estão sendo desenvolvidas no momento presente, no evento que concentra pesquisadores da área, o que contribui para a representação dos temas e problemas que compõem a agenda de pesquisa da área em questão.

O referencial teórico-metodológico que pauta a coleta e análise dos dados consiste na Análise de Discurso Franco-Brasileira (ORLANDI, 2015), a qual contribui para pensar que o funcionamento da linguagem está sujeito a polissemia e metaforização dos textos. Portanto, essa compreensão nos auxilia a tentar explicitar os sentidos e seus deslocamentos dos termos cidadania/cidadão nas produções analisadas. Ressaltamos que não é nosso propósito designar juízos de valores nos sentidos de cidadania apresentados nos resultados, pois eles não são necessariamente excludentes entre si ou fixos. Entendemos que dependendo dos contextos e das condições formativas e de trabalho do professor/pesquisador, uns podem ser mais significativos do que outros.

Quanto ao corpus de análise dos 11 eventos bianuais em questão, foram encontrados um total de 7.666 trabalhos nas atas. Desses, encontramos as palavras chaves - cidadania, cidadã, cidadão - em 95 deles, dos quais 55 se configuram em nosso corpus de análise. Nesse contexto, nos inspiramos no artigo de Nicolli, Oliveira e Cassiani (2011), cujo trabalho metodológico fez uma abordagem “(2) em termos qualitativos: (a) temática de estudo, (b) região geográfica, (c) nível e modalidade de ensino pesquisado, (d) área do conhecimento pesquisada, (e) filiação teórica e motivações dos pesquisadores, (f) natureza da pesquisa, (g) natureza dos elementos de análise [...]” (p. 3), para organizar os dados dos ENPECs 1997 a 2009.

Alguns sentidos sobre cidadania nos ENPECs

A análise dos trabalhos apontou sete tendências diferenciadas do termo, as quais estão explicitadas no Quadro 1. É bom lembrar que esses sentidos e tendências foram construídos levando-se em conta a formação discursiva dos pesquisadores: a maioria da área da Educação Científica e Tecnológica (ECT), com histórias de leituras nos estudos de (de)colonialidade e freiriano, atentos aos silêncios que podem produzir outros sentidos, as influências do interdiscurso e intertexto, o mecanismo de antecipação que promove expectativas nos leitores. Além disso, os exemplos mencionados surgiram da interpretação dos autores a partir da leitura dos trabalhos analisados.

Quadro 1: Sentidos emergentes de cidadania em trabalhos do ENPEC 1997-2019

Sentidos de cidadania	Tendências emergentes	Exemplos
Cidadania como conceito universal	Conceito fundamentado na ideia de “bom cidadão”, ou seja, aquele que cumpre com obrigações universais civis (voto, comportamentos ecológicos, etc.), sem necessariamente questionar estruturas sociais e as origens das desigualdades. Cidadania não aparece contextualizada às necessidades	Ensino de ciências voltado para a promoção de boas práticas, por exemplo, a doação de sangue, na educação em saúde.

	particulares da sociedade.	
Cidadania como possibilidade de ensinar conteúdos	Conceito utilizado com a finalidade de contextualizar práticas de ensino em Ciências que têm como principal intencionalidade o ensino de conceitos científicos, sem necessariamente abordar a respeito das diversidades e/ou compreender as causas de desigualdades.	Ensino de conceitos associados à nutrição e alimentação para uma dieta balanceada, como direito das e dos estudantes, sem abordar a desigualdade social associada à fome.
Cidadania para abordar sobre diversidade social (Multicultural)	Conceito utilizado para sustentar práticas pedagógicas que objetivam debater a respeito das diferenças e diversidades, no entanto, não coloca nas discussões elementos que questionam a origem das desigualdades sociais que marginalizam as diversidades. Compreende que a diversidade só pode alcançar a cidadania quando for assimilada dentro das lógicas capitalistas do Estado.	Experiências de ensino que propõem encontros entre culturas e saberes “diversos”, por exemplo, diálogos entre saberes indígenas e científicos como proposta multicultural, de forma que os povos diversos e seus saberes sejam adaptados à lógica dominante.
Cidadania crítica decolonial ou anti-colonial	Conceito compreendido como construção nos processos de movimentos, ativismos e práticas sociais de forma solidária e coletiva. Integrante de práticas pedagógicas com vistas à denúncia dos privilégios de grupos sociais dominantes, das violências, do silenciamento e exclusão sociais com fins de anunciar outros modos de construção social, para promover uma sociedade justa e igualitária.	Experiências que abordam conteúdos como a distribuição da melanina na pele, associada a discussão da necessidade de compreender o racismo nas suas dimensões individuais, institucionais e estruturais. Práticas que promovem a compreensão de privilégios e opressões que marcam a realidade do sujeito de aprendizagem, e a necessidade de lutar contra essas desigualdades.
Cidadania neoliberal e meritocrática	Conceito utilizado na organização de práticas que produzem compreensões a respeito da meritocracia como método de ascensão social individual. Embora temáticas como raça, classe social, performance, poder aquisitivo ou consumo sejam abordadas, aparecem em uma lógica de mérito, produtividade e esforço individual. Promove experiências que colocam a aprendizagem científica ao serviço da formação de um melhor consumidor e/ou trabalhador.	Experiências de ensino que tem como principal finalidade garantir o bom desempenho das e dos estudantes em provas nacionais e internacionais. Podendo estar fundamentadas em documentos curriculares construídos por empresas privadas.
Cidadania científica e tecnológica	Conceito pensado enquanto produto do letramento e alfabetização científica por meio de práticas de ensino compreendidas com certo grau de neutralidade, objetivas e apolíticas. Supõe que a alfabetização científica e tecnológica é suficiente para participar da tomada de decisões na sociedade, independente do modelo econômico, social, cultural.	Experiências de ensino que promovem o debate e construção de argumentos sobre situações reais, às vezes próximas (contaminação do rio da cidade), ou não (lixo espacial), exigindo do aluno posicionamentos individuais ou coletivos. O

		conhecimento científico é colocado como o mais decisivo para a tomada de decisões.
Cidadania sociotécnica e/ou dentro das relações de ciência-tecnologia-sociedade-ambiente (CTSA)	Conceito que evidencia a tecnologia social, ampliando a natureza do que se entende por direitos e deveres, com a participação e democratização da representatividade étnico-raciais, de classe e de gênero. Supõe que além da compreensão da ciência e tecnologia é necessário compreender os limites democráticos e vias de fato para a participação efetiva no controle e tomada de decisões sobre a ciência e tecnologia.	Experiências de educação ambiental nas quais para além da compreensão científica de um fenômeno, como as consequências da mineração, também se fomenta o conhecimento de legislações ambientais, mecanismos legais e de pressão social, para garantir o bem-estar do meio e das comunidades.

Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es. Dados de Pesquisa (2021).

É importante destacar que, ao realizar esse movimento analítico e de busca por significações emergentes acerca das concepções de cidadania, consideramos que é uma construção que não objetiva determinar essas representações de maneira cristalizada. Ou seja, compreendemos o conceito de cidadania uma construção em disputa, de caráter polissêmico, e não uma representação universal. Mesmo que haja a polissemia no funcionamento da linguagem e disputas de sentidos, em nossas análises, é possível inferir que há um deslocamento do termo cidadania, cidadã e cidadão, pelo imaginário da pesquisa em EC.

Num diálogo com Walsh (2010) ressaltamos que termos como multiculturalidade e interculturalidade foram cooptados por organismos internacionais, inclusive de Direitos Humanos como, por exemplo, a UNESCO. Assim, o que se enfatiza nos resultados é que é possível afirmar que o mesmo ocorre com o conceito de cidadania, além de estar naturalizado, pois há um silêncio sobre essa diversidade de sentidos, como se todos falassem na mesma direção, o que pode ser um limite para a área de pesquisa em EC.

Isso não significa que não consideramos importantes as interlocuções socioculturais, socioambientais, políticas, tecnocientíficas e ideológicas nos sentidos encontrados. Porém, para pensarmos numa cidadania que prime para a tomada de posição de cidadãos/cidadãs ante a credibilidade/efetividade de ações afirmativas, de políticas inclusivas, de representatividades nos campos eleitoral, judiciário, econômico e educacional, ou seja, diante de alguns silêncios limitantes é preciso explicitar a noção de cidadania que defendemos para a América Latina.

Essa tendência a ser buscada, que não é fixa e está em movimento, numa perspectiva que defendemos e aqui chamamos de Cidadania Crítica Decolonial ou Anti-colonial. Nessa tendência, destacamos a perspectiva da contribuição dos ativismos, das militâncias e da atuação constante dos movimentos sociais nas lutas por equidade de acesso aos direitos para pessoas negras e quilombolas, indígenas, mulheres, transgêneros, sem-teto, sem-terra entre outros grupos marginalizados (GOMES, 2011; MAMA, [2007]:2010; GROSGOUEL, 2016), incitando possibilidades de formação para esse protagonismo cidadão/cidadã desde a Educação Básica até a formação docente. Buscamos cidadanias que promovam interlocuções plurais, associadas aos movimentos sociais, produzindo engajamento e não silenciamentos, seja em projetos tecnocientíficos, seja em matrizes curriculares ou legislações (leis, decretos, bases, parâmetros, diretrizes), em epistemologias e conhecimentos válidos (GOMES, *ibid.*), em disciplinas e metodologias de pesquisa (MAMA, *ibid.*), em representatividades de direito

(ALMEIDA, 2019), que afetam, em justa medida, modos/gestos de ensinar, de aprender e produzir sentidos sobre Ciências da Natureza na América Latina.

Por “cidadania” ou “formar para cidadania”, compreendemos, como um processo que promove equidade para acessar recursos materiais, econômicos, justiça/direito, educação, moradia, ou seja, um estado popular de direitos e liberdades solidárias entre si (classe, sexual, de gênero, religiosa e de pertencimentos étnicos), que promovam a descolonização do pensamento, numa educação antirracista, antimachista, anticapitalista, entre outras. Subentendemos que a EC, como um espaço legitimador e profícuo dessas referidas práticas, focadas numa formação cidadã crítica decolonial, ao ensinarmos e ao aprendermos sobre conteúdos e formas de inclusão e de libertação.

Considerações em andamento

Neste trabalho apresentamos alguns sentidos de cidadania presentes nas pesquisas da área de EC publicadas e apresentadas no ENPEC. A partir da análise e discussão dos dados com a Análise do Discurso Franco-Brasileira, constatou-se:

(1) a possível cooptação dos conceitos de cidadania/cidadã(ão) com deslocamentos a partir da colonialidade do saber, produzido por vieses ideológicos por uma vertiginosa democracia liberal dentro de países da América Latina;

(2) tais intencionalidades têm alcançado a escola básica por meio de um portfólio de normatizações que evocam termos como “autonomia cidadã”, sem considerar a realidade social de estudantes negras, indígenas, LGBTQIA+ e mulheres, como também de imigrantes e refugiadas, se tomarmos a perspectiva de sociedades periféricas, favelizadas e cerceadas de direitos constitucionais básicos;

As reflexões e discussões apresentadas neste artigo não se esgotam aqui, tendo em vista que elas compõem um projeto de pesquisa amplo em desenvolvimento. Entretanto, as constatações apresentadas apontam para as lacunas na área de pesquisa, para estudos que veiculam concepções neoliberais e modernizantes/conservadoras de cidadania, e fortalecem a necessidade da construção e teorização de uma nova forma de cidadania.

Agradecimentos e apoios

Esse trabalho teve apoio junto ao Projeto Institucional de Internacionalização “Repositório de Práticas Interculturais: Proposições para Pedagogias Decoloniais”, financiado pela CAPES e CNPq. Além disso, conta com a atuação de um bolsista de doutorado do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – UNIEDU e um bolsista do Programa de Excelência Acadêmica da CAPES – PROEX.

Referências

- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais; coord. Djamila Ribeiro).
- COSTA, Maria Izabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zöllner. O conceito de cidadania. In: **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica**

[online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, pp. 43-73. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/sysng/pdf/costa-9788568576953-03.pdf> Acesso em: 13 mar. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GEISLER, Adriana. Revisitando o conceito de cidadania: notas para uma educação politécnica. **Trab. educ. saúde** [online]. 2006, vol.4, n.2, pp.355-378. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v4n2/08.pdf> Acesso em: 13 mar. 2021.

GOMES, N. L. Movimento negro, saberes e a tensão regulação-emanipação do corpo e da corporeidade negra. **Contemporânea**: Dossiê Relações Raciais e Ação Afirmativa, n. 2, jul.-dez. 2011, p. 37-60. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/35/18>. Acesso 13 mar. 2021.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016, p. 25-49. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00025.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

MAMA, A. Será ético estudar a África?: considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. [2007]. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.) **Epistemologias do sul**. 1. ed. 4. reimp. São Paulo: Cortez, 2010. p. 603-637.

NICOLLI, A. A.; OLIVEIRA, O.B.; CASSIANI, S. A linguagem na educação em ciências: um mapeamento das publicações dos ENPECs de 2005 a 2009. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, 8., 2011. Campinas, SP: Unicamp, 2011. Disponível em: http://abrapecnet.org.br/atas_enpec/viii/enpec/resumos/R0304-2.pdf. Acesso em 13 mar. 2021.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

OYËWÙMÍ, O. **La invención de las mujeres**. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogotá: Editorial en la frontera, 2017.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIAÑA, J.; TAPIA, L.; WALSH, C. **Construyendo interculturalidad crítica**. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2010. p.75-96.